

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.737.831 - SP (2018/0099086-5)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**EMBARGANTE : VAVA DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS : LUCAS REZENDE ALAVER E OUTRO(S) - SP296023**  
**ANA PAULA DELGADO DE SOUZA BARROSO E OUTRO(S) - SP294677**  
**EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : MAURÍCIO PEREIRA PRÉVE - SC015655**  
**JORGE LUIZ REIS FERNANDES E OUTRO(S) - SP220917**  
**RAISSA LUIZA ANTUNES MONTORO - SP347590**  
**CAROLINE SILVA DANTAS DE OLIVEIRA - SP352153**  
**JÉSSICA ALBUQUERQUE ZAPAROLLI - SP382780**

## **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DE PROCESSO PELA ADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. DETERMINAÇÃO QUE NÃO ALCANÇA A HIPÓTESE DOS AUTOS. EMBARGOS ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. DECISÃO EMBARGADA TORNADA SEM EFEITO.

## **DECISÃO**

VAVÁ DOS SANTOS opôs embargos de declaração contra decisão monocrática de minha relatoria que determinou a suspensão do processo e devolução dos autos a origem em razão de a questão debatida no recurso especial ter sido afetada ao julgamento de recurso especial repetitivo no REsp nº 1.438.263/SP.

De acordo com a decisão embargada, uma das questões tratadas no recurso especial diz respeito à legitimidade do não associado para promover a execução da sentença proferida em ação civil pública manejada por associação na condição de substituta processual.

Esse tema foi objeto da afetação determinada pela Segunda Seção, nos autos do REsp nº 1.438.263/SP, de relatoria do Ministro RAUL ARAÚJO. Naquela oportunidade, determinou-se a suspensão de todos os processos relativos à mesma controvérsia e, em razão disso, a decisão embargada, obedecendo ao comando da Segunda Seção, suspendeu o processo e determinou a devolução dos autos ao TJSP, na forma do art. 1.040 do NCPC.

Nos presente embargos declaratórios, afirmou-se que não seria hipótese de suspensão do processo, porque o próprio Ministro RAUL ressaltou que a suspensão

# *Superior Tribunal de Justiça*

decorrente do recurso especial repetitivo não alcançava as execuções individuais da sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 16798/9/1998, proposta pelo IDEC contra o BANCO DO BRASIL. Isso em razão de haver decisão transitada em julgado, nos autos dos REsps nºs 1.243.887/PR e 1.391.198/RS, conferindo legitimidade ativa aos não associados.

É o relatório.

De fato, após a Segunda Seção haver afetado o 1.438.263/SP ao rito dos recursos especiais repetitivos, com determinação de suspensão dos processos que tratam da mesma controvérsia, o Relator, Ministro RAUL ARAÚJO, proferiu decisão monocrática nos mesmos autos, esclarecendo que referida suspensão não alcançava as execuções individuais das sentenças proferidas na ação civil pública que a Apadeco moveu contra o Banestado (ACP nº 38.765/1998/PR) e naquela que o IDEC moveu contra o Banco do Brasil (ACP nº 16798-9/1998/DF), levando-se em consideração o julgamento dos **Recursos Especiais nº 1.243.887/PR e nº 1.391.198/RS**, julgados sob o rito dos recursos especiais repetitivos, e a eficácia preclusiva decorrente da coisa julgada.

Conforme se extrai da petição inicial do cumprimento de sentença, essa é precisamente a situação dos autos, pois pleiteada a execução individual da ação civil pública nº 1998.01.016798-9.

Nessas condições, acolho os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para **TORNAR SEM EFEITO** a decisão embargada (e-STJ, fls. 357/359).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 08 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO  
Relator